

Programas de transferência de renda ganham força

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Os programas de transferência de renda estão ocupando mais espaço no orçamento de bem-estar do governo. A mudança ganhou força com a pandemia e tende a continuar pelo menos este ano, com o programa de transferência de renda Auxílio Brasil. Ao mesmo tempo, alguns especialistas em políticas públicas alertam que o governo federal tem dado menos atenção aos programas sociais considerados mais complexos de executar, em comparação aos que distribuem diretamente a renda. Entre 2018 e 2021, a participação dos programas de transferência direta no orçamento previdenciário subiu de 34,8% para 48,3%, segundo dados obtidos pelo Valor no Portal da Transparência. A grande alta veio em 2020, no primeiro ano da pandemia, quando o auxílio emergencial fez com que as transferências diretas ultrapassassem R\$ 300 bilhões. O número caiu em 2021, mas continua muito maior do que antes da pandemia. “O gasto previsto com o Auxílio Brasil [para 2022] é quase igual ao gasto com programas sociais em 2021”, diz o órgão do Senado Instituição Fiscal Independente (IFI) em seu último Relatório de Acompanhamento Fiscal. O orçamento deste ano prevê R\$ 89,1 bilhões para o Auxílio Brasil, contra R\$ 90 bilhões do ano passado, considerando o próprio Auxílio Brasil, o auxílio emergencial, e o antigo programa Bolsa Família. Mas o IFI aponta que “o valor [para 2022] representa um avanço significativo sobre” os R\$ 38,1 bilhões gastos no Bolsa Família em 2019. Marcelo Neri — Foto: Leo Pinheiro/Valor Marcelo Neri — Foto: Leo Pinheiro/Valor “Pelo menos durante a pandemia, as transferências de renda ganharam relevância, enquanto em outros componentes das políticas sociais houve queda de recursos quando eram mais necessários”, diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social, Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas. Ele cita dois exemplos de políticas que perderam recursos nos últimos anos: uma voltada para moradores de rua, cujas despesas passaram de R\$ 94 milhões em 2017 para R\$ 52 milhões em 2020; e o outro é o combate ao trabalho infantil, cujas despesas passaram de R\$ 69,9 milhões em 2017 para zero em 2020. Mas ele também vê problemas na forma como a política de transferência de renda foi implementada. “É uma generosidade que acontece de forma meio errática, impulsiva, o que não é bom porque estabilidade e previsibilidade são mais para os pobres do que para qualquer outro segmento”, diz ele, sobre a transição dos programas sociais nos últimos anos e a incerteza sobre a situação do Auxílio Brasil no próximo ano. Atualmente, os pagamentos estão previstos apenas até o final de 2022. A FGV estabelece R\$ 261 por mês por pessoa como a linha de pobreza no Brasil. De acordo com os cálculos de Neri, o número de pessoas abaixo dessa linha aumentou para 27,6 milhões em outubro do ano passado, de 23 milhões antes da pandemia. Isso porque o mínimo de R\$ 400 por família do Auxílio Brasil “não leva em consideração o tamanho ou o grau de pobreza” do grupo familiar. “Além disso, houve um enfraquecimento das condicionalidades de saúde e educação que são tão necessárias”, diz. “Em suma, a política social perde foco e durabilidade.” Rafael Osório, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembra que “a situação fiscal piorou muito a partir de 2016”, o que fez com que vários programas sociais fossem cancelados ou perdessem importância, como o Brasil Alfabetizado e o Programa de Aquisição de Alimentos. “Há uma grande restrição fiscal, e não adianta fingir que ela não existe. Mas seria importante que as opções fossem mais claras, e isso nem sempre acontece”, diz. “A sociedade precisa entender que existem prioridades, que não dá para fazer tudo de uma vez agora.” Naercio Menezes Filho, professor da Cátedra Ruth Cardoso da escola de negócios Insper, diz: “se pensarmos em um orçamento global, há tantos programas ruins para cortar antes de chegarmos à área social, como subsídios para famílias ricas em outros estados, fundos setoriais”. Ainda assim, ele argumenta que as transferências diretas “são a coisa mais eficaz que o governo pode fazer”. Segundo Menezes Filho, esse tipo de programa traz benefícios em várias frentes, como redução da pobreza, melhoria dos indicadores de saúde, educação e consumo familiar, sem reduzir a oferta de

trabalho para as mães. Mas ele também afirma que os programas de transferência de renda implementados no Brasil nos últimos anos são suficientes apenas para tirar as famílias da extrema pobreza. Para o professor do Insper, é preciso dar um passo além, fazendo com que essas famílias também superem a pobreza. “Uma família que não pode comprar roupas, pagar transporte ou aluguel gera muito estresse, e esse estresse é transferido para a criança que não consegue desenvolver suas habilidades cognitivas adequadamente.” No entanto, ele reconhece que os valores nesse caso “seriam altos”, chegando a R\$ 2.000 por mês para uma família em São Paulo, por exemplo. Em estudo feito para o Instituto Millenium e antecipado ao Valor, os pesquisadores Vinícius Botelho, Fernando Veloso e Marcos Mendes afirmam que “o Auxílio Brasil trouxe poucos avanços na agenda social” do país. Segundo eles, o programa não “cria mecanismos que garantam que as famílias de baixa renda adquiram condições de prover seu sustento no longo prazo”. “Embora houvesse a expectativa de que os programas de transferência de renda permitiriam a superação intergeracional da pobreza, principalmente por meio da saúde e da educação, seus efeitos nesse sentido foram bastante limitados”, afirmam. Para o grupo, “é fundamental que a agenda de proteção social seja retomada no Brasil”, com redução da pobreza no curto prazo e “soluções de longo prazo”. “Tudo isso dentro de um orçamento que não sobrecarrega as contas públicas”, dizem, ressaltando que “o Auxílio Brasil terá um custo 2,5 vezes maior” que o do Bolsa Família “com ganhos limitados em termos de redução da pobreza e desigualdade”. O ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma defender a importância da transferência de renda para combater a pobreza, citando o conceito de renda básica desenvolvido pelo economista americano Milton Friedman. “É melhor [fazer] transferir dinheiro para os mais frágeis do que criar um ministério, que passa o dinheiro para outro ministério, que dá dinheiro para um banco público, que vai dar dinheiro para um agente, que depois vai repassar. aos mais frágeis”, disse ele na semana passada. A mensagem presidencial enviada por Jair Bolsonaro (PL, Partido Liberal) ao Congresso na semana passada dizia que “através do Auxílio Brasil, o governo continuará priorizando a integração de diversas políticas públicas de previdência, saúde, educação e emprego para que o cidadão seja garantido não só a transferência de renda, mas também alcançar a emancipação e autonomia socioeconômica e exercer a cidadania plena”. >

